



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2019  
ISSN 1887-4606  
Vol.13(1) 139-163  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artículo*

---

**Vozes insurgentes da situação de rua no  
Brasil: relações discursivas entre  
Movimento Nacional da População em  
Situação de Rua e Estado**

*Insurgent voices of homelessness in Brazil:  
discursive relations between Movimento  
Nacional da População de Rua and State*

*Gersiney Santos*

Faculdade São Luís de França

Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza  
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade, Universidade de Brasília

---

## Resumo

*Tendo em vista o poder dialógico e de potencial transformação dos discursos insurgentes, este trabalho centra-se em promover uma reflexão crítica acerca de como se dão as representações discursivas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em textos construídos no âmbito da mobilização por inclusão social da população em situação de rua no Brasil. Para tanto, foram analisados excertos advindos da interação com lideranças da coordenação nacional do MNPR como vozes mobilizadoras de resistência diante do papel do Estado – na aplicação e na manutenção de direitos fundamentais. Para a análise, portanto, recorremos ao Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT) (Pardo, 2011) como método basilar para nossas reflexões, em articulação com nossos objetivos investigativos. Como resultados principais do trabalho, observamos que o MNPR possui uma postura discursiva vária entre os/as coordenadores/as entrevistados/as: oscilam entre um discurso de ruptura e uma busca por autonomia diante de relações complexas com Estado. Assim, o nível discursivo da atuação social do MNPR, segundo as análises, aponta que a natureza intrincada dessas relações impacta a mobilização social e o avanço nas conquistas para a população em situação de rua.*

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica; Movimento Nacional da População de Rua; mobilização social; Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos; movimentos sociais

## Abstract

*Considering the dialogical power and potential transformation of insurgent discourses, this paper focuses on promoting a critical reflection on the discursive representations of Movimento Nacional da População em Situação de Rua (National Movement of Population in Homelessness) (MNPR) in texts constructed within the scope of mobilization for social inclusion of the homeless population in Brazil. In order to do so, we analyzed excerpts from the interaction with leaders of the national coordination of the MNPR as voices which mobilize resistance to the role of the State in the application and maintenance of fundamental rights to the homeless people in Brazil. For the analysis, therefore, we used the Synchronic-Diachronic Analysis (Pardo, 2011) as a basic method for our reflections, in articulation with our research objectives. As the main results of the study, we observed that the MNPR has a different discursive attitude among the interviewed coordinators: they oscillate between a discourse of rupture and also a search for autonomy in the face of complex relations with the State. Thus, the discursive level of social performance of the MNPR, according to the analyzes, indicates that the intricate nature of these relations impacts the social mobilization and the advancement for social change for the homeless population in Brazil.*

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Movimento Nacional da População de Rua; social mobilization; Synchronic-Diachronic Text Analysis; social movements.

## **Introdução: localizando a crítica em reverberações insurgentes**

Este é um trabalho gerado a partir de meu trabalho de tese e apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil. Um dos intuitos principais é discutir as construções simbólicas de mudança social promovidas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em eventos discursivos política (Santos, 2000; Souza, 2017) e metodologicamente situados. Assim, focalizaremos, com este trabalho, a análise das estratégias discursivas do movimento social brasileiro voltadas ao Estado com vistas à superação de violações dos direitos sociais relativos à situação de rua. Para tanto, desenvolveremos, a seguir, nesta investigação, reflexões sobre a ação e análises discursivas críticas de entrevistas de atores sociais que atuam na liderança do MNPR.

Como ponto de partida, não podemos separar a situação de rua do nefasto período da escravização nem de como a construção da desigualdade no Brasil diz respeito ao lugar social imposto historicamente à população preta e parda: margem, favela, pobreza e subemprego. Características, como mencionado, construídas como consequência de um longo período de escravidão seguido de uma pseudolibertação burocratizada. Silva (2006: 88), abordando a realidade social da situação de rua, adverte

são recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões, de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e, geralmente, conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

A culpabilização da pobreza – sua responsabilização – corresponde a uma lógica discursiva ideológica, ou seja, um mascaramento de realidades. Desse modo, a percepção discursiva, bem como seu estudo são fundamentais para desmascarmos tais ‘verdades’. Estamos falando especificamente acerca de discursos que mostram grupos sociais como uma coisa, como somente uma coisa, reiteradamente.

Podemos, então, pensar o contexto no qual se desenvolve a luta do Movimento, assim como também questionar a gênese de sua criação e seu nível de proximidade com o Estado. Trata-se de adentrar espaços contextuais e linguísticos, ou melhor, discursivos, lembrando que a quase totalidade das ações de intervenção – de ambos os lados – são mediadas pela instância do texto. Nessa perspectiva, a abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC) oferece um campo de investigação amplo ao estudar a linguagem de modo

reflexivo; como as instâncias textuais, produtos concretos das relações discursivas, atualizadas em práticas sociais, necessitam cada vez menos receber um olhar ingênuo, uma vez que possuem a capacidade de articular realidades, por reunir a ação, a representação e a identificação das práticas sociais e das estruturas sociais. A razão de escrever sobre o MNPR teve que ver com o lugar que os discursos das coordenações do movimento social assumiam nas representações de sua luta: ora articulando o discurso protagonista buscado pelo MNPR, ora reproduzindo o discurso ideológico de que as pessoas em situação de rua dão problemas para a construção da mobilização política do Movimento. De uma forma ou de outra, a população em situação de rua precisa ser observada como reflexo de um problema que não é de sua responsabilidade, mas de uma parte poderosa do Estado que, por tempos, a expulsou do espaço cidadão, que construíram uma lógica de ser outrificado.

Assim, na primeira seção está desenvolvida uma breve contextualização relacionada ao percurso histórico da mobilização voltada à pobreza extrema com foco na situação de rua. Ainda no primeiro momento do texto, localizamos o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e o papel do Estado nas relações de luta contra a problemática. A seção de número dois estabelece a como linguagem e discurso podem ser compreendidos como centrais na percepção crítica da realidade social, trazendo o foco para as abordagens teórico-metodológicas da Análise de Discurso Crítica e do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. Na seção três – dividida em duas subseções –, apresentamos uma pormenorização do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos seguida de uma análise discursiva emergida a partir das interações com a coordenação nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

### **Situação de rua no Brasil e mobilização organizada: MNPR e Estado**

Assim como a situação de rua, o tema da mobilização social no Brasil está relacionado a espectros temporais que correspondem a também diferentes alvos de reivindicação. O termo ‘mobilização social’ é bastante amplo, pois engloba qualquer manifestação na qual estejam envolvidos/as cidadãos/ãs lutando por alguma demanda. Podemos, então, reconhecer que, a característica do colonialismo implantado no Brasil contribuiu para o cenário de desigualdades vigente, uma vez que, como nos conta Santos (2013: 37),

Não experimentou o processo de industrialização na mesma época em que ele ocorria na Europa, pois no século XVIII era território pertencente à Coroa Portuguesa. No entanto, foi marcado o desenho das posições sociais nas relações humanas. Dada a particularidade de ser território-colônia de Portugal, o Brasil, a despeito das esporádicas tentativas de insurreição, reproduzia as ideias europeias, trazidas de e por Portugal, no que dizia respeito à pobreza.

Por isso,

a pobreza no Brasil seguiu a lógica desenvolvida no sistema capitalista de acumulação e lucro: a escravidão foi uma dessas estratégias, na medida em que o entendimento de trabalho no vetusto ideário colonizador – antes de consolidar o discurso de ojeriza ao pobre e outrificação do miserável – “criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos” (Jesus, 2005, p. 7). A sua reorganização no que, para muitos/as, simbolizou um eventual desfecho, foi responsável por boa parte do cenário de pobreza e miséria do Brasil como o vemos atualmente (Santos, 2013: 39).

Historicamente, uma grande quantidade de ações de mobilização social teve espaço no território nacional, fazendo dela um processo orgânico à construção que se vê do Brasil atual.

Cabe salientar, no entanto, que a amplitude relativa ao entendimento de mobilização social está orientada para traçar um encontro entre a mobilização social urbana e sua relação com o discurso sobre a situação de rua. Inicialmente, a mobilização social relativa a questões de iniquidade social, mais especificamente, em relação à miséria, ganhou relativo destaque no período desenvolvimentista dos anos 1960 (Silva, 2006; Hammoud, 2008), na era da ditadura militar, no consagrado momento do “Milagre econômico”, iniciado com o golpe militar de 1964 – que ‘marca’ a virada do tipo de modelo de desenvolvimento brasileiro.

Paralelamente, como destaca Gohn (1997), a pesquisa social sobre mobilização de grupos ganhou consistência nos anos 1980, o que pôde acompanhar e traçar um panorama do que acontecia no contexto social de então. No que toca à década de 1990, foi destaque o desmonte na área social promovido pela virada neoliberal operado pela “flexibilização das relações de trabalho e uma redução do papel do Estado” (Resende, 2005: 55), que, na busca de manutenção da estabilidade econômica, retirou do campo das prioridades investimentos sociais. Como explica Romão (2003: 3),

o Estado brasileiro, a partir de 90, com o Plano Collor (...) abre sua economia comercial e financeiramente, provocando a desnacionalização e nos faz retornar economicamente aos anos 30. Passamos a exportar bens intensivos em mão de obra e recursos naturais e importar bens intensivos em tecnologia e capital. Esse modelo tem reflexos sobre as políticas sociais que ficam relegadas novamente ao segundo plano.

Como resultado da política de Estado característica dessa década, houve transferência das responsabilidades sociais para o terceiro setor, cuja presença tornou-se mais forte do que a mobilização coletiva observada nas décadas anteriores.

No que tange à pobreza, destacou-se o recrudescimento da questão social, pois com o foco na manutenção econômica, o Estado posicionou-se de acordo com os ditames do mercado internacional, formatando um cenário no qual as pessoas tinham cada vez menos possibilidades, tempo e energia para se organizar em mobilização por mudanças. Ademais, o aumento da desigualdade e da violência promoveu diversos episódios de desrespeito social e que estiveram diretamente relacionados à situação de miséria.

Nos anos 2000, em meio a um cenário de profundas mudanças políticas e sociais, constituiu-se o hoje chamado Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o MNPR. Sua história, na verdade, está imbricada com a tensa realidade social consolidada em décadas de desigualdade que a ordem socioeconômica produzira até então.

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé”. O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de agosto de 2004, quando quinze pessoas que dormiam no local foram atacadas, sendo que sete delas foram brutalmente assassinadas. Os agressores não foram condenados, mas as vítimas sim: à morte. Todas elas pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e que contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (importante ramo mais progressista da Igreja Católica no Brasil).

Voltando à tragédia acontecida na capital paulista em 2004, foi ela o estopim para que pessoas em situação de rua se organizassem em mobilizações que demandavam uma posição oficial frente à ausência de políticas públicas de proteção e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, bem como o enfrentamento concreto da problemática no Brasil. É em 2009 que o MNPR conquista um importante avanço: a promulgação do decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 – que “institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento” (Brasil, 2009). Foi, portanto, estabelecido um texto legal voltado especificamente para a população em situação de rua. Consolidando mais uma conquista em sua trajetória, o Movimento realizou as duas primeiras edições de seu “Congresso Nacional do Movimento da População de Rua” nos anos de 2012 e 2014 – registrando edições bienais até então vigentes.

Como é possível observar, a construção do discurso político do MNPR sempre esteve bastante atrelada a outros contextos de mobilização. É perceptível a natureza diretamente imbricada com discursos consagrados ligados à pobreza e a instituições que sempre se relacionaram com o público ‘mais necessitado’ (como suas relações diretas com o assistencialismo). Desse modo, a participação de grupos da Igreja, do Estado e do terceiro setor serviu de plano para que o MNPR pudesse estabelecer-se como um movimento social em busca de projeção nos embates sociais e também obter um corpo político mais sólido para demandar a mudança de realidade imaginada para essa população.

### **Linguagem e ação discursiva no enfrentamento da situação de rua**

Agir, representar e identificar. Três ações fundamentalmente humanas, vitais para o funcionamento da vida social como a conhecemos e de inescapável dependência do uso da linguagem. Assim sendo, parece-nos ser ponto pacífico o entendimento de que aquilo que dizemos fala muito sobre quem somos. Afinal,

o sentido daquilo que somos ou, melhor ainda, de quem somos, depende em boa parte das histórias que contamos e que nos contamos, histórias que podem ser *lidas* a partir de três ângulos: o primeiro, hermenêutico, já que o ser é impensável fora da interpretação; o segundo, semiológico, dado que o significado de um *texto* é impensável fora de suas relações com outros *textos*; e o terceiro, pragmático-político, já que o ser humano está em um mundo no qual o discurso funciona socialmente, em um conjunto de práticas discursivas que implicam jogos de poder (López, 2001: 188, grifos no original).

Por isso, é possível defender a afirmação de que falar sobre si (ou sobre algo/alguém) é trazer o momento rememorado à realidade localizada na qual se desenvolvem quaisquer trocas comunicativas entre pessoas. É sempre necessário, para entender o mundo e a realidade em que vivemos, compreender a natureza discursiva da linguagem, pois “não há como pensar a linguagem fora da sociedade ou como se o contexto sociocultural fosse um adendo, um penduricalho” (Muniz, 2009: 3). Discurso, linguagem e sociedade: perspectivas que compõem o ser social inclusive como ser político.

Destaquemos, assim, a proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC), caracterizada por tratar-se de um conjunto heterogêneo

de abordagens críticas para o estudo linguístico-discursivo de textos no sentido de que as pesquisas vinculadas (...) assumem uma posição explícita em face de problemas

sociais parcialmente discursivos, isto é, não simulam ‘imparcialidade científica’. Partindo da identificação de problemas sociais com facetas discursivas, o objetivo é desvelar discursos que servem de suporte a estruturas de dominação ou que limitam a capacidade de transformação dessas estruturas (Resende, 2008: 40).

A ADC se apresenta como excelente meio para que não escolhamos a infértil teimosia de separar linguagem de sociedade, uma vez que a natureza daquela mostra-se mais complexa do que faria crer uma percepção descritiva ou puramente abstrata de estudos linguísticos. Dentro dessa perspectiva, a dos estudos linguístico-discursivos, a ADC defende uma proposta intimamente alinhada às necessidades de grupos que buscam entender e intervir no funcionamento do mundo social. Assim, ao tornar inalienável o aspecto discursivo do social, a ADC maneja dois conceitos de discurso, que, como retoma Santos (2013: 20), assume dois âmbitos inter-relacionados: “um mais amplo (ou mais abstrato), que se refere ao momento discursivo ou semiótico da prática social; e um mais restrito (ou menos abstrato), que diz respeito aos modos particulares de representação do mundo social”.

Assim, estar ciente de que nossas ações no mundo social são mediadas pelo discurso e por discursos nos auxilia a refletir sobre possíveis maneiras alternativas para enfrentar situações de opressão (Cox, 1959; Fanon, 1968; 2008), que entendemos como hegemônicas (no sentido gramsciano do termo) no que trata, principalmente, da instabilidade, mas também pelo consentimento pelo qual grupos sociais oprimidos demonstram pouca ação diante de seus opressores – que desenvolvem e aplicam estratégias operadas por realizações discursivas ideológicas (Thompson, 2011; Pardo Abril, 2012). Sutilmente ou não, tais realizações ocorrem diuturnamente nas mais variadas situações de nossas vidas.

Cabe lembrar que todo texto é um modo semiótico-discursivo representativo, ao articular discursos que operam traços que, por sua vez, dizem bastante acerca de quem o produziu; assim sendo, quando um texto é construído, seu/sua produtor/a sempre age socialmente no mundo, pondo em suas representações (desse mundo em que vive ou que imagina) elementos que conformam o texto como particular em sua tessitura: todo o processo é permeado por visões particulares do mundo (ou seja, discursos) que influem diretamente nas escolhas a serem feitas nas representações realizadas. Assim, podemos afirmar que todo texto se alinha a um (ou mais) discurso(s), que corresponde(m) a entendimentos particulares acerca de algum aspecto do mundo social, uma vez que seu/sua produtor/a encontra-se inserido/a nos constantes embates da sociedade: entre pobres e ricos, mulheres e homens, negros e brancos, esquerda e direita, e assim por diante. Nenhum texto é neutro, pois sempre somos impelidos/as a assumir posturas diante dos temas da sociedade.



É nesse sentido que os conceitos da ADC nos apontam a uma possibilidade para pensarmos eventuais mudanças discursivas, uma vez que as questões de opressão social também são resultado de embates por poder, em que discursos sistematicamente sobrepõem discursos. Nessas disputas, é necessário desvelar as manifestações discursivas hegemônicas – como a tradição dos trabalhos em ADC vem fazendo em seus anos de atuação –, mas também apoiar as expressões discursivas de resistência, para compreender e fomentar ações de redefinição sociais.

Unindo os pontos aqui apresentados, percebemos a necessidade de atentar para o quão fundamental é o escrutínio dos textos desde uma perspectiva discursiva, posto serem eles vetores discursivos que nos orientam quanto aos modos como se conformam questões da sociedade. Indo além, aliada à valorização dos textos nos projetos de protagonismo social, mostra-se necessária (e urgente) a reflexão crítica acerca de como identidades são construídas, bem como as representações que os textos abarcam, tendo em vista sua pluralidade de manifestações e seu alcance social.

### **Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT) e análise discursiva das relações entre MNPR e Estado**

A ADC, como abordagem, é definida por compreender em seu escopo de trabalho uma dialética entre linguagem e sociedade na complexidade de suas manifestações no mundo social. Como mencionamos, seguindo a tradição de Fairclough (2003; 2010), entendemos como fundamental a análise da prática social como espaço de ação, representação e identificação no próprio discurso, como explica Santos (2013: 21),

diretamente relacionado à conexão entre quatro elementos da vida social: fenômeno mental (desejos, crenças, valores), atividade material, relações sociais e discurso. Entendendo a atividade discursiva como constituída de modos de ação, representação e identificação humanas no mundo, podemos interpretá-la como possível meio de mudança nas relações entre atores sociais.

Assim sendo, cabe pensar estratégias políticas que se harmonizem com nossas investigações calcadas nos preceitos teórico-metodológicos da ADC. Em outras palavras, as possibilidades teórico-metodológicas que avertam uma possibilidade de mudança prática precisam estar unidas, bem como alinhadas a outros projetos de intervenção social. É o caso do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT).

Sobre o MSDALT

O MSDALT mostra-se bastante profícuo e original, baseado em uma teoria pensada para acessarmos, não só linguística como discursivamente, as representações sociais – em nosso caso, as do MNPR em textos ligados a sua luta. O MSDALT pode ser entendido um método e uma teoria básica (Pardo, 2011; Pardo Gil, 2014) construída a partir de uma perspectiva ontológica e epistemológica da América Latina; como explicam Resende e Marchese (2011: 158),

a natureza do *Método sincrônico-diacrônico para análise linguística de textos* não é sintático-gramatical, mas predominantemente semântico-discursiva, já que a perspectiva de análise que se propõe é “funcional ao significado e, portanto, é funcional a relações vinculadas aos argumentos” (Pardo, 2011: 69). Isso significa que, na análise dos textos, é mais importante identificar propósitos comunicativos que estudar a estrutura da língua. Assim, o método permite identificar as categorias gramaticalizadas e as categorias semântico-discursivas presentes em textos.

Tendo em vista que o MSDALT possibilita, indutivamente, reconstruir as representações das categorias sociais que os atores sociais configuram em seu discurso (Pardo Gil, 2014), continuemos, nesta seção, discorrendo sobre suas especificidades metodológicas. Tratem, então, das categorias gramaticalizadas e semântico-discursivas, mais detidamente.

Na composição linguística das representações desenvolvidas no mundo social, as categorias gramaticalizadas, em geral, são observadas como de caráter obrigatório em textos orais e escritos – aliadas a outras categorias, apreendidas pelo sentido, em emissões (Pardo, 2011; 2015). Para a autora, as categorias gramaticalizadas são: Falante-Protagonista, nexos de valor 1 (ou verbo 1), Ator/Atores, nexos de valor 2 (ou verbo 2), Tempo, Lugar, Operador Pragmático, Negação. Segundo Pardo (2011: 68), **Falante-Protagonista (F-P)** – “corresponde a qualquer pessoa pronominal ou qualquer referente nominal que tome o *argumento* do falante”, ou seja, que no momento da representação acabe por desempenhar o papel central do qual as emissões do falante passarão a tratar. A categoria “não necessariamente aparece na posição de sujeito gramatical ou lógico da emissão”. O **nexo de valor 1 (NxV1)** é a categoria com a qual o/a falante age de alguma maneira; o verbo, que indica “apenas as ações do sujeito<sup>1</sup> e não a de outros atores no texto”; a categoria **Ator/Atores** diz respeito a “qualquer pessoa pronominal ou referente nominal que toma os argumentos opostos ao que defende o falante”, ou seja, que, de algum modo, coloque/m-se como relacionado/s ao Falante-Protagonista; o **nexo de valor 2 (NxV2)** é a categoria com a qual o(s) Ator/Atores age(m); ademais, temos as categorias possíveis **Tempo** e **Lugar**, as quais “correspondem à orientação espaço-temporal necessária e obrigatória

de qualquer texto”; há a categoria **Operador Pragmático (OP)**, que “costuma aparecer em todos os textos e têm diferentes funções, desde indicar como deve ser interpretada uma parte da emissão, conectar distintas emissões ou setores na emissão ou como recurso para interpelar ou conseguir a anuência do ouvinte ou leitor”; por fim, como outra categoria possível, temos a **Negação**, considerada pela autora como uma “categoria flutuante, uma vez que pode aparecer negando o verbo, outras palavras ou setores de uma emissão”. Não carrega o mesmo nível de obrigatoriedade que as demais.

No que toca às categorias semântico-discursivas, são entendidas como referentes à potencialidade de sentidos que cada registro textual porta – variando conforme o texto, bem como em suas funções (discursivamente ativadas), sem a fixidez característica das categorias gramaticalizadas. Para a análise segundo o método, o/a pesquisador/a necessita proceder ao escrutínio do texto dividindo-o em emissões – das quais indutivamente emergem as categorias abordadas. No MSDALT é fundamental o trabalho com emissões, pois, segmentando o texto, torna-se possível a observação mais acurada de seu propósito comunicacional, o qual consiste em “apresentar um fenômeno particular. (...) Mais além dos limites da oração, no plano textual (...), desde uma perspectiva funcional do texto” (Pardo, 2011: 32). Cada emissão se baseia em um ponto de partida que se desenvolve a fim de realizar um objetivo discursivo (entendido como posição final).

Nos quadros analíticos, a leitura é feita de modo sincrônico, ou seja, na horizontal, da esquerda para a direita – além da identificação da emissão e do uso de elementos como o colchete para delimitar o início e o fim dela. O desenho do quadro (ou seja, sua composição no que tange às linhas) também se forma de modo sincrônico, em que os próprios elementos linguísticos da emissão ‘informam’ quais serão as categorias gramaticalizadas e semântico-discursivas.

#### Analizando vozes insurgentes: a relação discursiva entre MNPR e Estado

Trabalhar os percursos discursivos por meio de entrevistas com as lideranças do MNPR possibilitou-nos o entendimento mais amplo do movimento social e de sua ação. O Movimento, por meio de suas coordenações, assume contornos bastante particulares – devido às especificidades concernentes às já esperadas variáveis de cada coordenação/unidade federativa. Quando da entrevista, foi apresentada a cada coordenador/a a questão “Como você observa o MNPR na agenda de luta contra a situação de rua no Brasil?” e, após análises iniciais, tendo em vista as recorrentes interseções com o Estado, pareceu-nos útil dedicar atenção especial à presença do governo na representação discursiva da luta política do movimento social.

Assim sendo, apresentamos as coordenações dos estados de Minas Gerais, de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo e do Distrito Federal. Tomemos o que nos disse a liderança do MNPR de Minas Gerais (MNPR-MG):

Quadro analítico 1 – MNPR-MG – emissão 1 (e1)

ESTADO / Ator 2	OP	NxV1	F-P / MNPR
e1 [(Não) é ruim			
	assim, eh	na criação	do Movimento a gente
		Tinha	o dilema de
	"olha		esse Movimento
		vai ser	um movimento de resistência ou
		vai ser	um movimento de diálogo?"
	(não) é	"vai ser	um movimento que
		vai pleitear	espaço em Conselho?"
		"vai	pra dentro das conferências?"
	e		a gente
		optou	por ser um Movimento de diálogo
	eh, porque	percebia	a incapacidade nossa, que ainda
		Existe	
	eh	(de) fazer	o enfrentamento]

Partindo de uma vista mais geral, podemos observar que a categoria de Falante-Protagonista é a mais produtiva; por conseguinte, o movimento social promove a característica de recorrência aos nexos de valor a ele ligados. Atentemos para o fluxo entre os tempos relacionados a perspectivas diferentes na caracterização das ações do MNPR no tempo: estamos nos referindo a como a liderança se descola da representação por meio do afastamento discursivo. Na emissão, está sendo desenvolvido o argumento sobre a relação do MNPR com o Estado – sendo a relação avaliada de maneira ambígua (“não é ruim”), pois não se pode dizer que é má, entretanto não é aparente o comprometimento total com a ideia de que de fato funciona. A liderança de São Paulo analisa:

Quadro analítico 2 – MNPR-SP – emissão 2 (e2)

OP	ESTADO / Ator 2	NxV3	F-P / MNPR	NxV1
e2 [então			a importância do diálogo com	
	o governo			é
			fundamental	deu
			uma visibilidade ao Movimento	
			hoje princi...	
			Eu	vou dizer
			uma coisa para você	
	o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo	não dialoga	se o Movimento	não tiver
	na reunião	não dialoga	se	(não) tiver
			a presença do Movimento	
			Nós	já tivemos
	três reuniões com o prefeito aqui de SP			
e				tamos tendo
	várias reuniões com secretários		se alguém	marcar
			reunião em nome do Movimento	
e				não tiver
			a coordenação ou alguém do Movimento	
				(não) tem
				é
			isso que	é
			importante para o Movimento	
			"o Anderson	tá viajando"
			a equipe	tá
			lá, a equipe do Movimento]	

A coordenação MNPR-SP avalia como “importante” e “fundamental” – recorrendo a estratégias similares, como, por exemplo, a demarcação de tempo (no caso, concretizada pelo recurso dêitico “hoje”) –, para representar a relação com o Estado. Ela se conecta com a emissão do MNPR-MG ao ressaltar o papel positivo do trabalho em conjunto. Na emissão atual, temos uma construção discursiva relacionada à ação do MNPR (em “o governo de

São Paulo, da Prefeitura de São Paulo não dialoga se o Movimento não tiver na reunião, não dialoga se não tiver a presença do Movimento”), na qual há o reforço do discurso de autonomia do MNPR. A esta altura da análise, percebemos que o Estado tem uma importância relevante para o coordenador: em outras palavras, podemos interpretar que o Movimento tem sua autonomia e, para comprovar isso, o Estado vem como parâmetro para a compreensão da relevância do próprio movimento.

Vemos, assim, na diacronia, que o Estado com o que se relaciona o MNPR refere-se ao poder executivo, ou seja, o governo estadual e a prefeitura, mais próximos das políticas públicas. Ainda na diacronia da categoria ESTADO, podemos ver que o diálogo se passa em âmbito institucional, porém a ação fica ‘filtrada’ pela condição da participação do MNPR nesses espaços (em “o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo não dialoga se o Movimento não tiver na reunião, não dialoga se não tiver a presença do Movimento”).

Portanto, observamos a construção identitária do Movimento como baseado em um diálogo no qual sua voz é decisiva para a concretização de qualquer ação estatal dirigida à situação de rua. Outra característica diz respeito à defesa de um discurso descentralizado, no qual o coordenador não ocupa a figura central, mas a noção de um trabalho coletivo (em “o Anderson tá viajando...”, a equipe tá lá, a equipe do Movimento”).

Sigamos com o próximo quadro analítico:

Quadro analítico 3 – MNPR-BA – emissão 3 (e3)

OP	F-P / MNPR	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
e3 [então		(não) posso dizer	que	é
			tudo bonitinho	é
			tudo flores	(não) é
				(não) é
mais, pelo menos,				tem
	a gente	tem	uma cadeira cativa lá lá dentro	
	Nós	conseguimos ser		
	respeitados		lá dentro	
né				
eh	nós	temos	um comitê interministerial	
			que	
mesmo			com suas dificuldades	procura
justamente	nos			escutar]

A coordenadora do MNPR-BA nos traz um trecho de percepção crítica acerca da relação de diálogo com o Estado. Observando a sincronia, a liderança modaliza (em “não posso dizer que é tudo bonitinho, é tudo flores”) – assim como o fez o coordenador do MNPR-MG – para definir como se dá a relação entre o Movimento e a esfera governamental, apesar de, em seguida, envolver-se com uma avaliação negativa (com a declaração repetida de “não é”). Observando o emprego do “pelo menos” – localizada na categoria de operador pragmático –, temos ativada uma pressuposição que indica não ser essa realidade a mais satisfatória, pelo contrário, depreendemos que ‘minimamente’ existe uma possibilidade de estar “dentro”. Observemos, diacronicamente, NxV1: à exceção do nexos inicial de sentido impeditivo (“não posso dizer”), os demais têm a ver com ações semanticamente positivas (ou seja, ‘ter’, ‘conseguir’ e ‘ser’), o que confere força discursiva ao Movimento. Paralelamente, temos as categorias de Ator 2 e de NxV3, referentes ao Estado: o governo é avaliado (“tudo é bonitinho, tudo é flores, não é”), metonimizado (“a gente tem uma cadeira cativa”), metaforizado (“uma cadeira cativa lá dentro”) e concretamente referido (“nós temos um comitê interministerial”).

A questão da referência à cadeira é uma metonímia que ativa um sentido de algo concreto resultado de uma intervenção, ainda que, se tomarmos o operador pragmático ‘pelo menos’, observaremos um sentido de insuficiência; assim, com a referida metonimização podemos depreender que se trata de uma aparente conquista, mas que parece semanticamente

enrijecido quanto à intervenções mais concretas. A metaforização ‘lá dentro’ fecha a tríade de abstração pela qual o Estado alcança identificação no relato da coordenadora. Quando está expressa uma referência concreta ao Estado, percebemos que o nexos de valor a ele atribuído (“procura escutar”) indica uma situação lógica: a distância entre ‘procurar’ fazer algo e efetivamente fazer algo.



Quadro analítico 4 – MNPR-BA – emissão 4 (e4)

OP	F-P / MNPR	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
	e4 [eu	acho	que a escuta é mais significativa	
e			que isso	
	a gente	termina trazendo		
	pros nossos estados			
porque quando			uma coisa	trava
infelizmente				
eh, até				é
			a questão da hierarquia	
então,			se alguma coisa	trava
			lá no RN <sup>2</sup>	
	se a gente	consegue elaborar		
	uma carta		dentro do comitê interministerial	
		repercute		
	lá no RN			
	eles não se	sentem		
	tão sozinhos no RN hoje			
quando		existe		
	alguma dificuldade no RN como em outros estados	acontece		
	imediatamente a gente já	consegue		
Eh		enviar		
	alguém pra lá	poder ir		
Então			o Ministério da Saúde	vai
Aí	até lá			começa a fazer
			uma discussão	
Eh			a SDH <sup>3</sup>	vem
	aqui na BA			vai
			no RJ <sup>4</sup> , o MDS <sup>5</sup>	escuta
	as nossas demandas			
Então	às vezes, as nossas vozes vazias	(não) são		
Né				
então			isso	
	pra gente	é		
			muito importante]	

Na emissão seguinte (e5), a coordenadora continua com uma representação positiva do movimento social, mas vai além desenvolvendo a explicação de como se configura o trabalho com o Estado e como isso contribui para as ações do Movimento. A categoria Falante-Protagonista abarca tanto o MNPR-BA quanto outras coordenações e, nessa representação, atribui acionalmente características positivas e de intervenção dentro de um contexto hipotético, orquestrado pelo elemento condicional ‘se’; assim, dentro do exemplo criado, a coordenadora sugere que a relação com o governo constitui diálogo efetivo. Já no que diz respeito ao Estado e suas categorias específicas de Ator 2 e NxV3, suas ações se estabelecem entre ações negativas (‘travar’) e positivas (‘escutar’, por exemplo): observemos que, enquanto na emissão anterior (e na de outras coordenações) a relação se dava em nível municipal e estadual, a coordenadora nos descreve uma interação em nível federal, no qual sua articulação passa pelas esferas mais locais, perpassando ministérios e secretarias relacionadas ao mais alto poder estatal; essas representações do governo são também representadas com ações de intervenção (em, por exemplo, “começa a fazer uma discussão”), mas ligadas a uma prática de ações de governo: a realização de momentos de diálogo – consonante com a prática adotada pelo movimento social. Apesar do envolvimento com esferas do Estado apresentar um ponto de reconhecimento para as lideranças do MNPR, algumas percepções nos mostram que determinadas questões precisam de atenção. Vejamos esses pontos:

Quadro analítico 5 – MNPR-ES – emissão 5 (e5)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2
		e5 [então	a questão com Estado
do diálogo não	há		
um diálogo, sempre	houve		
muitas das vezes, um diálogo meio difícil		né	
meio que espírito de guerra mesmo]			

Percebemos em e5 que o tema diálogo é recorrente, no entanto, para a coordenação do Espírito Santo, a qualidade da interação é declaradamente negativa: as ocorrências de NxV1 – relacionadas à categoria de Falante-Protagonista – normatizam uma realidade, que assume contornos semânticos de desgaste. Observemos que, na emissão, é declarado metaforicamente que tal relação possui um caráter negativo, sendo definida como “espírito de guerra”. Ambas as representações referentes à qualidade do diálogo aparecem mitigadas pelo modificador ‘meio’ (em “um diálogo meio difícil” e “meio

que de guerra mesmo”); no entanto, é na emissão seguinte que esse argumento recebe um desenho mais complexo.

Quadro analítico 6 – MNPR-ES – emissão 6 (e6)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2	NxV3
e6 [Hoje	há		um diálogo mais harmonioso	
um diálogo mais harmonioso		mas		
só diálogo			[só diálogo]d	
não	adianta			tem (que) ter
[o diálogo]d			o diálogo	
		e		tem (que) ter
[a ação]d			a ação	
		e		
a gente	tá			
		ai pra		
	pontuar		pro governo	
que nós	queremos	e		
	(pra) dizer		pro governo que	
				(não) é
				(não) vai ser
			imposto o que eles	querem
		né	que se	
			não	for construído
			junto com a gente	
a gente não				
	aceita]			

Diacronicamente, o MNPR e o Estado – e suas ações (nexos de valor) – têm um número equilibrado de ocorrências: o centro do argumento é o entendimento de ‘diálogo’, daí vemos a duplicação (marcada, no quadro analítico, pelo ‘d’) expressada no quadro. Como já vimos em análises anteriores, a emissão é temporalmente marcada e iniciada por uma concordância, a de que o diálogo ocorre, ele é uma realidade (em “hoje, há um diálogo mais harmonioso”), entretanto – além dos pressupostos ativados e já mencionados aqui –, a coordenadora por meio de um operador ‘mas’ passa a problematizar questões referentes à prática do diálogo, o que a nós pareceu estar mais relacionado ao Estado – por isso a mudança de categoria (de Falante-Protagonista) para ESTADO –, que assume o papel de Ator, mas circunscrito ao argumento de que o diálogo separado de ações concretas não é o suficiente. Em um movimento de estratégia discursiva, a coordenadora estabelece demandas da atuação de resistência social, ativadas pela expressão

de obrigação, o nexos de valor “tem que ter”. Assim, ela representa em seu discurso que o Estado não executa e, ao mesmo tempo, na leitura sincrônica (i.e., verticalmente), recupera o argumento para o Falante-Protagonista, veicula discursivamente o papel protagonista por meio dos nexos de valor ‘estar’, ‘pontuar’, ‘querer’ e ‘dizer’ em relação à falta de expressividade do gestor público. É um exemplo da percepção crítica de um diálogo. Interessante observar que a emissão é finalizada com um nexos de valor que confere ao MNPR o papel de consentir ou não com as decisões eventualmente geradas a partir do diálogo. É válido observar a reflexão desenvolvida pelo MNPR-ES, tendo em vista o fato de que as lideranças não se mostraram completamente satisfeitas com a atuação do Estado, mais especificamente com as atuações do Poder Executivo diante das demandas urgentes da situação de rua. A participação em espaços de decisão que envolvem setores públicos, responsáveis pela população e pela garantia de direitos, pode apresentar situações que aparentem uma abertura, mas que precisam de constante atenção. Sobre isso, vejamos a próxima emissão:

Quadro analítico 7 – MNPR-DF – emissão 7 (e7)

OP	F-P / MNPR-DF	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
e7 [mas, eh	a gente sempre	olha		
E	sempre	pensa		
E	sempre	acha		
E	sempre	tem certeza		
	que		se	quiser
				dá
			pra	desenvolver
			um pouco mais]	

A liderança do MNPR-DF dá continuidade a um argumento que reconhecia a importância da relação de diálogo estabelecida e já analisada; a coordenadora inicia a emissão com o operador ‘mas’, o que ativa o sentido de refutação. Na sincronia, observamos o emprego de nexos de valor em gradação que reforçam a crítica direcionada à conduta dos setores do Estado os quais dialogam com o Movimento; diacronicamente, vemos que repetidas vezes o emprego do modificador ‘sempre’, o qual ativa um peso argumentativo para o movimento gradual desempenhado no texto da Falante-Protagonista (‘olhar’, ‘pensar’, ‘achar’ e, por fim, ‘ter certeza’). Ela não se detém, em sua representação, a expressar como insuficiente o trabalho apresentado pelo Estado e de, ao mesmo tempo, responsabilizá-lo por meio do nexos de valor de natureza desiderativa ‘querer’ (discursivamente carregado pela partícula condicional ‘se’). Em outras palavras, há mais uma avaliação negativa referente ao Estado, na medida que a coordenadora atribui à gestão pública

um caráter subjetivo. Prosseguindo com a análise, atentemos para o próximo quadro analítico:

Quadro analítico 8 – MNPR-DF – emissão 8 (e8)

OP	F-P / MNPR-DF	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
e8 [Desse tempo pra cá				
	a gente	tem conquistado		
	algumas coisas			
como tipo assim apesar de			o Comitê, que tar parado aí sem funcionar	
			por um bom período já	
			já	tem
			uns oito meses a nove meses que ele	
				(não) funciona]

É na e8 que o Estado e a liderança recebem novos traços que identificam a relação. A liderança tem como nexos de valor a locução “tem conquistado”, que indica um processo não encerrado, corrente, mas que se situa entre passado e presente; no entanto, quando avançamos para a análise das ocorrências da categoria de Ator 2, quando serão mencionadas características que identificam o lugar do (e o próprio) Estado, temos um operador pragmático que ‘quebra’ a linha de argumentação da coordenadora: o emprego de ‘apesar’ ativa o sentido de ressalva. O que temos, então, exposto é que a conquista concreta, ou seja, o Comitê – no qual a situação de rua tem a possibilidade de realizar o diálogo e a pressão no Estado – não só é colocado como inoperante, como também negligenciado. A emissão é encerrada pelo foco ‘funcionar’, mas negativamente modificado pelo ‘não’. A relação defendida por todas as lideranças do MNPR relativas à escolha pelo diálogo resguarda pontos positivos, porém os negativos se revelam como fundamentais para o que as coordenações chamam de conquistas.

### Considerações finais

A culpabilização da pobreza – sua responsabilização – corresponde a uma lógica discursiva ideológica, ou seja, de mais um discurso que mascara realidades. Intentamos com este trabalho refletir sobre o quanto a percepção discursiva e seu estudo são fundamentais para analisarmos determinadas

realidades, que mostram grupos sociais como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente.

Pudemos conhecer o contexto no qual se desenvolveu a luta do MNPR, assim como também discutir a gênese de sua criação – como mencionado – relacionada ao Estado. Avançando com a discussão, adentramos um espaço linguístico-discursivo de intervenção: tendo percebido como o mundo social no qual está inscrito o MNPR se formou, de que modo, nesses embates insurgentes e por busca de autonomia política, o discurso revela pontos centrais da luta por transformação?

Discutimos, assim, sobre como a ADC e, mais especialmente, o MSDALT oferecem um campo de investigação amplo ao estudar a linguagem de modo reflexivo e fundamental; como as instâncias textuais, advindas de interação, produtos concretos das relações discursivas, atualizadas em práticas sociais, necessitam cada vez menos receber um olhar ingênuo, uma vez que possuem a capacidade de articular realidades, por reunir a ação, a representação e a identificação das práticas sociais e das estruturas sociais. Os textos inclusive dão-nos possibilidades de entendimento de como processos discursivos funcionam localizados nas ações da sociedade, pois no mundo social, visões particulares (como a estereotipagem da situação de rua e a criminalização dos movimentos sociais) conseguem projetar-se por meio de sua capacidade de articular-se na vida cotidiana pelos mais diversos gêneros, em sofisticados discursos e estilos (Fairclough, 2003).

A razão de tratar de textos e interação discursiva em uma pesquisa sobre o MNPR teve que ver com o lugar que os discursos das coordenações do movimento social assumiam nas representações de sua luta; assim sendo, como vimos, foi problemático articular o discurso protagonista buscado pelo MNPR e sua relação efetiva com o Estado, no que se refere à construção da mobilização política e de intervenção do Movimento. Podemos refletir sobre o quanto de construção hegemônica/ideológica contribui para o tratamento da população em situação de rua por um dos promotores de sua condição – a saber, o próprio estado brasileiro. Como explica Collins (2016: 106) acerca da postura discursiva hegemônico-ideológica:

Compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar o seu *status* prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata.

Lembremos que todo esse processo de construção simbólica se estabeleceu no mundo por meio dos diversos textos, e é ainda com vista neles, que utilizamos o MSDALT, uma ferramenta de verdadeira utilidade para acessarmos níveis da superfície e da interioridade das representações discursivas do MNPR cristalizadas nas entrevistas. Alcançamos, então, antes de partir para as análises, expor como se delineou propriamente nosso trabalho em termos prévios ao escrutínio das manifestações discursivas do Movimento: foi importante articular o que tínhamos de conhecimento acerca do MNPR às questões metodológicas que uniam teoria e prática.

Nossas considerações analíticas intentaram, assim, mostrar o que a trajetória de consolidação do movimento social complementou: a necessidade de o MNPR rever – de modo mais contundente – o nível (e o tipo) de envolvimento com o Estado em comparação com a intervenção na luta contra a situação de rua. A título de fechamento, gostaria de destacar que este trabalho constrói-se como uma plataforma para intervir em conjunto no mundo, um convite a participarmos, de maneira conjunta, com o MNPR e os movimentos sociais na luta por uma agenda de mudança social estratégica e efetiva.

### Notas

<sup>1</sup> No caso, o Falante-Protagonista.

<sup>2</sup> Sigla para o estado brasileiro do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Secretaria dos Desenvolvimentos Humanos da Presidência da República.

<sup>4</sup> Sigla para o estado brasileiro do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Ministério do Desenvolvimento Social da Presidência da República

### Referências

- Brasil. Presidência da República (2009).** Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007\\_2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso: 10 de maio de 2017.
- Collins, P. H. (2016).** Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127.
- Cox, O. C. (1959).** *Caste, class, & race: a study in social dynamics*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Fairclough, N. (2003).** *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

- 
- Fairclough, N. (2010).** *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language.* London: Routledge.
- Fanon, F. (1968).** *Os condenados da terra.* Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2008).** *Pele negra, máscaras brancas.* Trad. Renato da Silveira. Salvador.
- Gohn, M. G. (2013).** *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.* Petrópolis: Vozes.
- Gohn, M. G. (1997).** *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.* São Paulo: Loyola.
- Hammoud, R. H. N. (2008).** Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda: análise dos clássicos – Furtado, Cardoso e o “milagre” econômico. In: Anais do XI Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_aceitos.html](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_aceitos.html). Acesso: 12 de maio de 2015.
- López, A. (2001).** Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença.* Belo Horizonte: Autêntica.
- Marchese, M. C. (2011).** *El texto como unidad de análisis socio-discursiva: Una propuesta a partir del Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos,* Buenos Aires: Editorial Tersites.
- Muniz, K. S. (2009).** *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.* Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Pardo, M. L. (2015).** Metodología de la investigación en lingüística: reflexiones y propuesta. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2.
- Pardo, M. L. (2011).** *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos.* Buenos Aires: Tersites.
- Pardo Abril, N. G. (2012).** *Discurso En La Web: Pobreza en Youtube.* Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo Gil, M. L. (2014).** Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina. *Romanica Olomucensia*, v. 26, n. 2.
- Resende, V. M. (2005).** *Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, Brasília. Universidade de Brasília, Brasília.
- Resende, V. M. (2008).** *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o*



protagonismo juvenil. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília.

**Resende, V. M.; Marchese, M. C. (2011).** São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista *Cais* o método sincrônico-diacrônico. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 12.

**Romão, F. L. (2003).** Brasil década de 90: a recorrência das desigualdades em meio a muitas transformações. In: *XI Congresso Brasileiro de sociologia, 2003, Campinas*. Sociologia e conhecimento além das fronteiras. Campinas.

**Santos, M. (2007).** *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.

**Souza, J. (2017).** *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa.

**Santos, G. P. (2013).** *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília.

**Silva, M. L. L. (2006).** *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação no Brasil 1995-2005*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília.

**Thompson, J. B. (2011).** *Ideología y cultura moderna – teoría social crítica en la era de la comunicación de masas*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana.

### Nota biográfica



**Gersiney Santos** é doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. É membro da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza Extrema (REDLAD), do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos (LabEC) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Língua Portuguesa, Produção de Texto e Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica (ADC) e no Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT).  
**E-mail:** gersiney@gmail.com